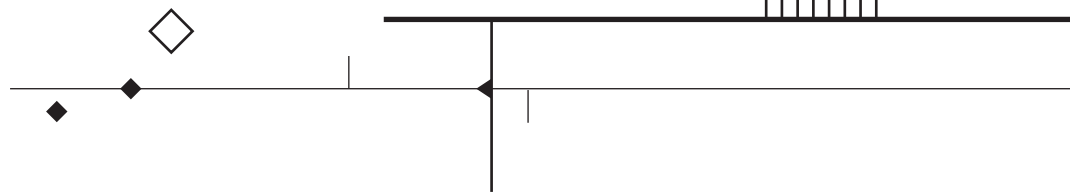


# SOBRE A ORIGEM DO MAL

Foi-me proposto discorrer sobre origem do mal, sobretudo no pensamento português. No âmbito desse tema, referirei a obra de Teixeira de Pascoaes muito em especial. Mas antes creio necessário fazer uma série de considerações sobre o que foi durante muito tempo considerado a origem do mal, ou seja, o pecado original. Nesse pressuposto, uma grande parte do que trago para discussão é sobre o pecado original.

Toda a filosofia está marcada pelo problema da origem do mal. Mas sob a mesma designação de “mal” cabem muitos tipos de mal – o mal físico, o mal psíquico e também o mal moral – que em geral não distinguimos entre si, mas são completamente diferentes. É interessante começar por notar que, no passado, os grandes mitos explicativos do mal físico e do sofrimento, e até da morte, justificavam a origem do mal com uma transgressão, especificamente uma transgressão moral. Essa transgressão, naturalmente seguida de castigo, era prévia a tudo o que dela advinha. Veja-se o caso, por exemplo, de Prometeu, que transgrediu moralmente, porque rouba o fogo aos deuses para o oferecer aos homens. Só por essa razão é punido, amarrado a uma rocha do Cáucaso. A mesma sequência acontece no mito do pecado original, tal como é contado no Génesis. Todavia, se atentarmos bem, há no Génesis um delito moral de duplo efeito, por assim dizer, já que é uma desobediência, uma transgressão, que não só tem um castigo, como um castigo com múltiplas consequências e castigos. Na estrutura espacial do mito, o castigo divino tem vários graus. Num primeiro grau, mais óbvio, poderíamos dizer que a expulsão do Paraíso é o resultado da transgressão; ou que o castigo dado por Deus a Adão e a Virago/Eva foi uma consequência natural da sua desobediência, segundo regras estabelecidas previamente, que não deixaram de ser sancionadas por Deus, o único que podia saná-las. Um segundo grau se pode ainda conceber: aquele em que a própria transgressão já é, por si só, punitiva para Adão e Eva, sendo o conhecimento da sua nudez um primeiro sinal da perda de inocência, e desta forma um grau maior, digamos assim, dessa consciência do castigo. Um terceiro grau interpretativo porém se instaura: o pecado original. E, no entanto, ele é o único que não está realmente na linguagem de Jeová. Na verdade, quando Jeová expulsa Adão e Virago/Eva do Paraíso, condena-os apenas a males físicos, quando muito a males psicológicos: Adão e os descendentes comerão o pão com o suor do rosto, ou seja, têm de passar a trabalhar para comer; a mulher, Virago que passará a Eva, parirá com dor, e se submeterá ao marido. Seja qual for a maneira de interpretar esta sujeição, sempre se tratam afinal de males físicos ou males psíquicos. O que não aparece nunca no texto, muito menos pela boca de Jeová, é que Ele tenha dito que, em consequência e por castigo, Adão e a sua descendência nasceriam para sempre pecadores.

Ora é precisamente esta noção de “pecado original” que podemos ler indelevelmente na filosofia (ocidental). Comecei por dizer que a filosofia se preocupou desde cedo com a origem do mal: é próprio da filosofia, primeiro, definir o que é o mal e, em seguida, averiguar a sua origem. Mas a filosofia europeia, mais do que ocupada com o conceito do mal, está preocupada com o conceito de pecado original. E não só é nela recorrente a ideia de “pecado original”, como também a ideia, de inspiração paulina-augustiniana, assim podíamos dizer, da transmissão do pecado. A ideia de que todos pecamos em Adão acaba por exigir que a razão se debruce sobre ela, que ilumine, esclareça, este absurdo. Os teólogos cristãos – e quando digo “cristãos” refiro-me a todas as formas de cristianismo, dito “católico”, “evangélica”, “protestante”, e até “ortodoxa”, quer dizer todo o pensamento de raiz judaico-cristã – têm invariavelmente de se debruçar sobre estas ideias do mito fundador. Como sabemos, no ocidente, a marca maior



dessa filosofia radica em Santo Agostinho que explicitamente sublinhou a transmissão hereditária do pecado, ou seja, o facto do homem – todos os homens logo que nascem, e cada um deles logo que nasce – aparecer já em pecado, marcado pelo pecado. Sabemos também, é certo, que toda a teologia e filosofia, construída ao longo da Idade Média, apontou o pecado, ou o mal, simplifiquemos assim, como uma privação do bem ou privação de ser. Naturalmente, alguém nascer em pecado original significa alguém nascer com a privação daquilo que deveria ter e não tem, que é a graça. Mas de qualquer maneira, sobretudo quando se omite uma falta em concreto, o que aparece como certa é uma transmissão do pecado, dessa falta original. Pensei-o já noutros tempos, quando trabalhava mais de perto nestes assuntos: sob certa medida, a filosofia ocidental foi crescendo na medida em que procurava contrapor-se a esta ideia fundadora de “pecado original”. Não digo opor-se, mas contrapor-se: isto é, dar, ao mesmo tempo, uma interpretação do que foi transmitido e uma alternativa ao que foi transmitindo. Aceitando o mito e explicando-o de outra maneira. De certa forma, para a filosofia ocidental, não é racionalmente satisfatória uma explicação da origem do mal fundada na ideia da transmissão do pecado. O mais que se pode dizer é que há (depois do nascimento ou com a consciência do indivíduo) uma sensação de queda (ele cai em si), mas nada implica que essa queda represente o pecado: a queda representa, quando muito, a consciência de algo de odioso a Deus, por parte de alguém que não fez ainda nada para o merecer. Como sabemos nós qual é, e como é, a ideia de pecado original? Sabemos somente que, depois da explicação mítica, os teólogos procuraram, mesmo os teólogos dentro da ortodoxia, dar a melhor interpretação possível. E claro que a encontraram.

Estou a pensar, por exemplo, na explicação de Santo Anselmo. Segundo Santo Anselmo, em Adão residia toda a natureza humana e portanto a natureza adâmica de cada pessoa tornava cada pessoa naturalmente pecadora. Em cada criança que nascesse, a natureza adâmica passaria, como um gene, de pessoa a pessoa, de pecador a pecador, porque, desde Adão, estava na natureza dela ser pecadora. Isto parece uma espécie de física da metafísica, não é? Na verdade, a explicação baseia-se em grande parte numa materialização do mal moral. Explicação frágil, mas não há outra. Santo Anselmo, o grande teólogo, não encontrou explicação melhor. É necessário dizê-lo, aliás, na sequência daquilo que o próprio Santo Agostinho disse, mas muito melhor dito por ele (Santo Agostinho). Deve porém acrescentar-se, em abono da verdade, que esta explicação de Santo Anselmo acabou por se impor, e creio mesmo, acabou por levar a alternativas interessantes. Talvez o que eu queria antes de tudo lembrar era isto: é que realmente esta reflexão teológica sobre a origem do pecado propôs alternativas filosóficas. Naturalmente alternativas filosóficas variadas, que vão de uma explicação simbólica a uma racionalização absoluta. É nesse contexto, v.g., que se pode entender Hegel. Em Hegel está tudo: a história da salvação, desde logo, mas a história da salvação racionalizada, limpa portanto desta injustiça da transmissão do pecado, uma história avessa à condenação de quem não é agente, ao castigo de quem não foi culpado de um ato que não praticou. Creio que muitos autores, e muito especificamente neste caso, muitos autores portugueses,

procuraram insistentemente uma alternativa à explicação ortodoxa do pecado original. Creio que, sob certa forma, não haveria talvez este tipo de pensamentos (e talvez não houvesse uma “filosofia portuguesa”) se não fosse esta nuvem negra do “pecado original” que paira sob toda a explicação filosófica. Uma nuvem que é preciso extirpar ou assimilar, mas à qual é preciso sempre responder, contrapondo.

Reencontramos este assunto em Teixeira de Pascoas, ainda que sob uma determinada forma poética. Vou apenas ler um dos textos em que ele se refere explicitamente à origem das coisas, à origem do mal: o poema “Trevas”. Parece-nos que o que ele pretende com ele é, como sempre acontece no seu pensamento, demonstrar, ou melhor, mostrar, que não há propriamente um mal radical (podemos/ devemos depois discutir isto mais desenvolvidamente). Mas demoremo-nos desde já nessa frase que me foi posta como elemento de meditação, ou (re)consideração: “o céu é apenas um disfarce azul do inferno”. Sabendo bem que Teixeira de Pascoas foi um homem muito telúrico, a importância parece-nos estar no que há nele de “telúrico” (tudo o mais vem por acréscimo). Importa aqui exaltar o eterno, mas na medida em que ele é cognoscível, terreno. É através desse carácter telúrico do tempo que Teixeira de Pascoas se deixa fascinar pela ideia de longevidade (e a longevidade é outro valor fundamental em Teixeira Pascoas). A longevidade, que provem do eterno, acaba por apontar para a beleza. A própria fealdade, isto é, o elemento telúrico, confuso e breve, acaba por apontar para a beleza. Ou seja, este valor superior que é a estética azul do próprio céu radica no valor inferior que é a estética negra do inferno: tudo vem a propósito do próprio céu, ainda que tudo parta do inferno.

É evidente que Teixeira de Pascoas não acredita no inferno como lugar de condenação: estava todavia a pensar nas representações dele, com certeza, ainda que para a essas representações contrapor a sua. No pensamento de Pascoas, este inferno (de matriz cristã, ainda que seja uma imagem pagã reedificada pelo cristianismo) acabaria por se tornar a sublimação de si próprio, do próprio inferno. É claro que isso pode convergir com outros aspetos de Teixeira de Pascoas, aparentemente distintos da origem do mal, desde logo o impulso da escrita. Vejamos: num pequeno poema de Teixeira de Pascoas, “A dor e o medo”, escreve ele: “Quando sozinho, noite morta, rezo/ E a minha voz dos medos me defende/ E a tudo, à terra e ao céu, me sinto preso,/ Vejo que a dor é o braço que me prende”. Nele a dor torna-se alegria, ventura. E noutro poema, “A Dor e o Céu”, Pascoas explicita: “[A] Dor é a única alegria/ A única ventura”. Ou: “a dor é a bíblica mãe que criou tudo”. Há a ideia de que a dor, sendo um mal físico ou um mal moral, um mal psicológico ou um mal espiritual, é sempre, porque é dor, autora da criação. Estamos aqui perante um mal (natural) de tal maneira exaltado, enaltecido, que o mal se torna responsável pela criação. Por causa da dor se reza, se escreve, se sente, se pensa. Estes breves fragmentos mostram esta tendência, transversal em Teixeira de Pascoas, para explicar o superior pelo inferior, a virtude pelo próprio pecado, podemos quiçá dizer, pesando as palavras, a divindade pelo satanismo. Noutro conhecido texto, “A elegia do amor”, Pascoas começa, por exemplo, por inscrever a cena num omnipresente

“lunar”. Já neste tempo-espaço é interessante: até neste “claro da noite”, um claro-escuro, onde se identifica a dor como momento de revelação, como se ao poeta interessasse mais a luz da noite, lunar e ambígua, do que a luz do dia, solar e clara – “Ante o luar que nasce, / Ao longe, dolorido, / Dando às cousas um ar/ Tão triste e macerado [...]”. O luar “dolorido” é a consciência, e a consciência representa movimentos reflexos que bateram ao encontro de qualquer barreira indestrutível, e ao voltar para trás nos mostram então o perfil triste e macerado das coisas. Quer dizer “triste e macerado” precisamente, julgo, os atributos correspondentes ao luar “dolorido”, à beleza dolorida, e os atributos da consciência dolorida e dolorosa também. Mais uma vez, encontramos esta ideia da dor que se torna criação, de alguma forma, a origem do que é superior à própria dor.

Pascoaes escreveria precisamente, cito de cor, creio que num texto acerca de Tolstoi publicado n’A Águia: “Abençoemos o calvário, só dessa altura de dores Jesus Cristo se tornou visível aos homens. O mal é a condição do bem”. Não lhe chega dizer que o mal é a origem na verdade. Na sua perspectiva, o mal é a condição do bem. E o mal e o bem existiam quando o Mesmo, com “M” maiúsculo, se fez outros. Quando o Mesmo se fez outros. Isto é, quando o Mesmo se tornou aquilo que (pelo menos, do ponto de vista de uma filosofia clássica) é inferior, porque é plural, sem unidade. Não é, portanto, o mal que se tornou outros, mas o Mesmo que se tornou outros. Como se Deus exclamasse: – E se Eu fosse muitos? O texto que está compilado por Pinharanda Gomes no livro *A Saudade e o Saudosismo*, “Uma Carta a dois Filósofos”, esclarece talvez melhor esta representação em claro-escuro da própria divindade: traçou “ao longo do infinito os alicerces do céu e do inferno, e viu o seu corpo luminoso desdobrar-se em matéria lúgubre de sombra, e também viu encontrar-se com a sua sombra a claridade do seu corpo”. Depois, escreveria Pascoaes em função disto: “Satanás revelou Deus a Deus”.

Até onde poderíamos discorrer? Tentámos, de uma forma muito breve e coloquial, explicar a complexidade de um conceito como “mal” e como ele serviu e serve para despoletar um conjunto vasto de alternativas filosóficas à explicação mítica. Na verdade, sob um ponto de vista filosófico, o mal pode até justificar o que é superior a ele: observemos a alusão de Pascoaes a Satanás. Sob as vestes de uma entidade que remete diretamente o leitor para o próprio Satanás da mitologia cristã, Pascoaes aponta provocativamente para uma valorização de Satanás, um Satanás de que o próprio Deus seria devedor. Basta o jogo de dissimulação que se estabelece entre estes dois elementos míticos para mostrar, ou demonstrar, até que ponto há, nesta “explicação” poético-filosófica, uma renovada contraposição ao conceito de “pecado original”. Vimos já que, tal contraposição, a nosso ver, caracteriza também, em grande parte, o pensamento contemporâneo. É interessante que as primeiras narrativas míticas acerca da origem do mal comecem por um mal, uma transgressão,

um mal moral, de que depois o resto é consequência ou castigo. Em Pascoaes, começa-se eventualmente por um mal físico, sem que haja aqui um elemento de culpabilidade prévia ou posterior. Pode o ser humano começar pelo mal físico e só depois chegar de alguma maneira ao mal superior ou ao mal moral. E todo o percurso, para a beleza ou para o bem, parece necessitar de um jogo de disfarces, que tem de ser desmontado: “O céu é apenas um disfarce azul do inferno”. Claro que há muitas outras imagens do ser humano na obra de Teixeira de Pascoais: Pascoaes define o homem, por exemplo, como um animal mentiroso. Mas até esse atributo acaba por representar depois um ponto de vista superior para a própria definição do poeta.

No pensamento português, conviria ainda, talvez, realçar duas outras perspectivas, bastantes distintas, de abordagem a esta reiterada questão da origem do mal.

Uma é a de um autor português contemporâneo, Miguel Real. No seu livro *Nova Teoria do Mal* (Lisboa, Dom Quixote, 2012), este filósofo tem, quando se ocupa desta questão da origem do mal, uma noção distinta das demais, ou das usuais. Para ele, a origem do mal só se coloca porque há evolução: “O mal é o princípio da destruição de um ser, da sua identidade, biológica, física ou moral, da sua quididade ou essência”. O que, porém, nos parece mais importante é que, para Miguel Real, é o mal que é verdadeiro, é o mal que é real, substancial: nesse sentido, “ontologicamente, o mal é essencial”. E o bem? O bem seria accidental. O bem nem sequer vem do mal: o bem é uma justaposição arquitetónica, artificial, sobre o mal. “O bem reflete apenas equilíbrios instáveis no seio de uma ininterrupta instabilidade. O mal é a instabilidade»: mas se o bem acaba sempre por ser provisório, o mal é definitivo, constante. Retoma-se, é certo, a definição do homem como “animal racional”, uma vez mais. Mas se, em Aristóteles, a animalidade com a racionalidade formam uma conjunção perfeita, controlando a racionalidade o impulso da animalidade, em Miguel Real, a racionalidade, a racionalidade e a ética, vogam como barco sem leme na tempestade, na instabilidade constante de tudo o mais.

Falta-me o tempo para falar ainda da outra perspectiva: a de Sampaio Bruno. Muito diferente das demais, mas ainda, a meu ver, uma filosofia que se pretende alternativa ao pecado original, construindo-se, uma vez mais, por contraposição. Podemos sempre depois falar dela.

**Transcrição e edição:**  
Paula Cepeda

**Revisão:**  
Maria Luísa Malato